

**A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DE  
DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQI+**

**RESUMO**

O presente artigo traça a trajetória das conquistas da população LGBTQI+ nos últimos anos e a contribuição do Serviço Social na construção desses direitos, baseando-se nos princípios éticos da profissão, em especial: empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física, e tem como objetivo demonstrar que, a criação de políticas públicas eficazes voltadas a essa população, faz toda a diferença, principalmente quando entendemos que, vivemos em um país onde mais mata população LGBT no mundo e devido ao preconceito existente na sociedade, essas pessoas tornam-se um ato de resistência, para mostrar constantemente a sociedade, que possuem direito a voz, a uma vida digna, a valorização como ser humano, e o direito de constituir uma família.

**PALAVRAS-CHAVE:** Serviço Social; Políticas Públicas; População LGBTQI+.

**THE CONTRIBUTION OF SOCIAL SERVICE IN THE CONSTRUCTION OF  
RIGHTS OF THE LGBTQI+ POPULATION**

## ABSTRACT

This article traces the trajectory of the achievements of the LGBTQI+ population in recent years, and the contribution of Social Work in the construction of these Wright, based on the ethical principles of the profession, in particular: commitment to the elimination of all forms of prejudice, encouraging respect diversity, the participation of socially discriminated groups and the discussion of differences; exercise of Social Service without being discriminated or discriminated against, for reasons of inclusion of social class, gender, ethnicity, religion, nationality, sexual option, age and physical condition, and aims to demonstrate that the creation of effective public policies aimed at this population makes all the difference, especially when we understand that we live in a country where most LGBT people kill in the world and due to prejudice in society, these people become an act of resistance, to constantly show society that they have right to a voice, a dignified life, appreciation as a human being, and the right to establish a family.

**KEYWORD:** Social service; Public policy; LGBTQI+ population.

## INTRODUÇÃO

A política de Assistência Social é essencial na proteção social e construção na garantia de direitos da População LGBT. Por esse fato, trabalha no desenvolvimento de programas, projetos e serviços, que, além de contribuírem com a superação de risco, vulnerabilidade, violações de direitos, alcança a equidade e erradicação do preconceito. (POPULAÇÃO... [s.d])

Muitas pessoas afirmam que a discriminação atualmente é inexistente, mas a cada 26 horas, uma pessoa é assassinada por ser, ou parecer LGBT. São notórias as marcas do conservadorismo presente na sociedade, o que contribui de forma negativa para que essa população seja estigmatizada, oprimida e marginalizada. (POPULAÇÃO... [s.d])

Após muitas lutas, podemos observar uma evolução considerável, pois muitos direitos

*Revista Ciências Gerenciais em Foco, volume 12, nº10, janeiro/ junho - 2021*

*ISSN 2317-5265, Belo Horizonte*

da população LGBT foram conquistados nos últimos anos, e para que continuem em avanços, existe a necessidade de aprofundamento através de debates e na reafirmação na identidade de gênero e diversidades sexuais (POPULAÇÃO... [s.d])

O Serviço Social, profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, dedica-se à garantia de direitos humanos, justiça social e cidadania. Com o estudo da reprodução das relações sociais, os profissionais refletem sobre questões não somente relacionadas à economia, mas também sobre o universo político, social, ideológico e cultural (NETO1 *et al.*, 2017).

No campo da produção científica na área de gênero do Serviço Social, as reflexões acerca da diversidade sexual e dos direitos da população LGBT são recentes. Somente nos últimos 10 (dez) anos é que este cenário vem se modificando após as manifestações públicas do movimento LGBT, que vem trazendo denúncias de violências e a necessidade de leis de proteção (NETO1 *et al.*, 2017).

O termo mais recente para se referir a essa população é o LGBTQI+ que significa:

- L (Lésbica): mulheres que se reconhecem como mulher e possuem preferência sexual por mulheres;
- G (Gays): homens que se reconhecem como homens e possuem preferência sexual por homens;
- B (Bissexuais): possuem preferência sexual tanto por homens, quanto por mulheres;
- T (Transexuais, Travestis e Transgêneros): não reconhecem os gêneros impostos pela sociedade (masculino e feminino) com base nos órgãos sexuais;
- Q (Queer): transitam entre os gêneros, embora não concordem com esse tipo de rótulo;

***Revista Ciências Gerenciais em Foco, volume 12, nº10, janeiro/ junho - 2021***

***ISSN 2317-5265, Belo Horizonte***

- I (Intersexuais): pessoas que eram chamadas, antigamente, de hermafroditas;

- +: se refere às outras letras de LGBTT2QQIAAP, por exemplo: Assexualidade (A) e Pansexualidade (P). (POPULAÇÃO...[s.d]).

## **DESENVOLVIMENTO**

Há quase 30 anos o Serviço Social criou um dos principais marcos legais da profissão, que traz orientações acerca do combate a todas e quaisquer formas de preconceitos e/ou discriminação, bem como da importância em defender a cidadania e os direitos das lésbicas, gays, bissexuais e trans. Esse marco legal resume-se na criação do Código de Ética profissional de 1993, que atualmente, é considerado como um dos mais avançados documentos de orientação profissional no Brasil (MINAS GERAIS, 2021).

A população LGBT, com o passar do tempo, tem conquistado mais visibilidade, porém precisa lidar com o conservadorismo que ainda está presente na sociedade, que se reflete nas decisões políticas, ocasionando na limitação do acesso aos direitos (MINAS GERAIS, 2021).

Portanto, no Brasil os tempos são contraditórios, ao mesmo tempo em que se ampliam e conquistam-se direitos da população LGBT, do outro lado, podemos observar o crescimento de denúncias de violências e discriminação cobertas de ódio e ignorância, que submetem a uma fração da nossa população que se encontra em risco e violações de direitos (BRASIL, [s.d]).

É válido ressaltar que, em 2019, no atual Governo Bolsonaro, ocorreu a extinção do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT (CNCD-LGBT), o qual operava no exercício do controle e da participação social, e nas convocações das conferências LGBT, que foi realizada pela terceira e última vez no ano de 2016 (MINAS GERAIS, 2021).

***Revista Ciências Gerenciais em Foco, volume 12, nº10, janeiro/ junho - 2021***

***ISSN 2317-5265, Belo Horizonte***

Salientamos que no dia 08 de maio de 2020, o Supremo Tribunal Federal- STF, derrubou a restrição que proibia homossexuais a se tornarem doadores de sangue. A votação considerou que as regras da Anvisa e do Ministério da Saúde eram discriminatórias. O tema já era discutido há anos, e teve o início de seu julgamento no ano de 2017, mas foi interrompido por um pedido de vista do ministro Gilmar Mendes (GYURICZA, 2020).

Após 03 (três) anos e em meio ao cenário de pandemia causada pelo Covid-19, que ocasionou no baixíssimo nível de doação nos hemocentros de todo o país, a medida foi revisada e liberada (GYURICZA, 2020).

A diversidade sexual está presente em toda população e também no público atendido pelos (as) assistentes sociais. Assim sendo, é primordial considerar que, cada segmento que compõe a sigla LGBT, possuem demandas específicas. Além de tudo, a orientação sexual e a identidade de gênero, são enviesadas por outros marcadores sociais como classe social, religiosidade, raça/etnia e território de origem (MINAS GERAIS, 2021).

Não importa qual seja a área de atuação do assistente social, para lidar com a população LGBT é necessário ter como conduta, as normativas do conjunto CFESS-CRESS (Conselho Federal de Serviço Social- Conselho Regional de Serviço Social) e o próprio código de ética. A fim de assegurar a proteção dos direitos a essa população, sendo de forma intersetorial ou não (MINAS GERAIS, 2021).

Um dos grandes desafios impostos a rede de atendimento socioassistencial, é a garantia e a promoção de direitos da população LGBT (ATENDIMENTO... [s.d]).

De acordo com a Resolução Conjunta CNAS e CNCD/LGBT nº 01/2018, em seu art. 1º. dispõe que: “A rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social – SUAS deve atuar de forma articulada para a promoção de atendimento qualificado ampliando acesso aos serviços e programas socioassistenciais para a população LGBT” (BRASIL, 2016).

O Sistema Único de Assistência Social-SUAS, possui mais de 10 (dez) anos e vem apresentando um avanço considerável no percorrer dos anos e promoveu acesso aos benefícios á Assistência Social. O SUAS é o responsável pela criação dos Centro de

***Revista Ciências Gerenciais em Foco, volume 12, nº10, janeiro/junho - 2021***

***ISSN 2317-5265, Belo Horizonte***

Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS (BARBOSA *et al.*, 2018).

De uma forma geral, todos os atendimentos realizados a essa população deverão ocorrer de forma qualificada em todos os Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Centro de Referência de Assistência Social- CRAS do País (POPULAÇÃO... [s.d]).

Atualmente a assistência social é organizada de acordo com seu nível de complexidade: Proteção Social Básica-PSB e Proteção Social Especial-PSE, sendo a PSE, dividida entre: alta e média complexidade. A proteção Social Básica tem como finalidade, trabalhar famílias e indivíduos que não tiveram seus direitos violados. Nesse sentido, possui um caráter de prevenção, com o intuito a inclusão social, no mundo do trabalho e na vida em comunidade (BARBOSA *et al.*, 2018).

A Política de Assistência Social, ao transcorrer do tempo vem adquirindo avanços significativos tanto na esfera legislativa, tanto na esfera dos serviços socioassistenciais. Alguns programas surgiram com o objetivo de atender as demandas da população LGBT, como é o caso do Programa Brasil Sem Homofobia- BSH, idealizado em 2004, por meio da Secretaria Especial de Direitos Humanos-SEDH, da Presidência da República, atualmente Secretaria de Direitos Humanos- SDH, no âmbito do Programa Direitos Humanos, Direito de Todos (BARBOSA *et al.*, 2018).

O Brasil Sem Homofobia, programa que promove a cidadania da população LGBT, partindo do princípio de equiparação de direitos e combate a violência e a discriminação homofóbicas. Foi estruturado em um plano plurianual -PPA, de 2004/2007, porém o mesmo não possui uma ala específica para ações no campo da Política de Assistência Social, como ocorre com outras áreas da educação, saúde, segurança, trabalho e cultura. Entretanto, dentre esses campos, existem ações que perpassam na área da Política de Assistência Social, tais como: capacitação de profissionais nos diversos ministérios, criação de instrumentos técnicos afim de diagnosticar a situação de violação de direitos humanos de

***Revista Ciências Gerenciais em Foco, volume 12, nº10, janeiro/ junho - 2021***

***ISSN 2317-5265, Belo Horizonte***

homossexuais ,de testemunho de crimes relacionados a orientação sexual para elencar os tipos de violação, o contexto dos crimes, o perfil dos autores e o nível de vitimização, para assegurar o encaminhamento vítimas LGBT aos serviços de assistência e proteção (BARBOSA *et al.*, 2018).

Os desafios de promoção e garantia de direitos a população LGBT, surgem por tratar apenas de uma parcela vulnerável de nossa população, que está exposta a situações de riscos e violação de direitos (ATENDIMENTO... [s.d]).

É sabido que a LGBT Fobia, atinge formas de violências mais amplas que aquelas contidas no código penal brasileiro, pois, são representadas por crimes de ódio, ligados não somente a rejeição irracional as relações homoafetivas, mas sim, a um comportamento perverso que desqualifica a vivência deste outro, tendo uma visão de inferioridade aqueles que representa o contrário da normalidade e da heteronormatividade (BRASIL, [s.d]).

Desde o nascimento, o discurso da heteronormatividade está presente na sociedade, onde se é ensinado a como se comportarem de acordo com os padrões heteronormativos. Persistem que meninos usam roupas azul e brincam de carrinho, bola, soltar pipa, e menina vestem-se de rosa e brincam de casinha e boneca. É sabido que esta relação do que é masculino e feminino, podem sofrer alterações com o passar do tempo (BARBOSA *et al.*, 2018).

Contudo, a homossexualidade subverteria a norma, a partir da ocupação, na homossexualidade masculina, de uma posição inferiorizada, que foi construída pelas instituições médica, comparando-se a prática da homossexualidade com enfermidade e não mais ao pecado. No caso da homossexualidade feminina, existiria a possibilidade de subversão de uma posição de subordinação, a partir da negação do papel que é atribuído as mulheres. A pessoas que fogem destas regras, são vistas como anormais (BARBOSA *et al.*, 2018).

***Revista Ciências Gerenciais em Foco, volume 12, nº10, janeiro/ junho - 2021***

***ISSN 2317-5265, Belo Horizonte***

Entretanto, a sexualidade dos indivíduos é atribuída a função de confirmação identidade de gênero, só aceita coisas masculinas ou femininas (BARBOSA *et al.*, 2018).

O Dia Internacional de Luta contra a LGBTfobia é comemorado no dia 17 de maio, uma data para celebrar a diversidade contra todos os tipos de preconceito, o que se torna importante comemoração no Brasil, uma vez que é considerado o país que mais mata e discrimina pessoas LGBT no mundo (BERNARDES, 2020)

A comemoração é uma referência simbólica da luta pelos direitos LGBT , que coincide com o dia em que a Organização Mundial de Saúde- OMS, deixou de desconsiderar a homossexualidade como doença (BERNARDES, 2020).

O Brasil ainda não dispõe de instrumentos de prevenção que possam conter os índices preocupantes da LGBT fobia no país. O Grupo Gay da Bahia – GGB, por algumas décadas tornou-se uma das primeiras Organização Não Governamental a denunciar de forma contínua os crimes LGBTfóbicos, sendo na maioria das vezes, uma das poucas referências, devido à ausência de políticas públicas voltadas a essa população (ORGULHO... c2018).

O Grupo Gay da Bahia, tem como base para a construção de seus relatórios, noticiais publicadas nos meios de comunicações, informações de parentes das vítimas e registro policiais (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2019).

De acordo com relatório divulgado em 17 de maio de 2019, pelo Grupo Gay da Bahia-GGB, acusa que o Brasil registra, em média, uma morte de LGBT a cada 23 horas, foram 141 mortes de janeiro a março de 2019, sendo 126 homicídios e 15 suicídios (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2019).

No ano de 2013, em seu relatório anual, o Grupo Gay da Bahia-GGB, mostrou-nos os estados brasileiros mais violentos para população LGBT viver. A maior parte das mortes em 2013, ocorreram no Nordeste, onde vive menos que 30% da população nacional e é considerado o estado mais homofóbico do Brasil. O levantamento teve base em notícias divulgadas na imprensa e dados enviados por organização não-governamental. Todos os crimes considerados, estão relacionados a homofobia. Dez suicídios foram contabilizados

***Revista Ciências Gerenciais em Foco, volume 12, nº10, janeiro/ junho - 2021***

***ISSN 2317-5265, Belo Horizonte***

pelo fato de os envolvidos não aguentarem a pressão social. O estado que mais registrou assassinatos foi Pernambuco-PE, contabilizando 34 mortes (VIMERCATE, 2014).

Abaixo segue os estados que representam, proporcionalmente, mais perigos para a população LGBT no Brasil:

1. Roraima - 6,15 mortes por milhão/habitantes
2. Mato Grosso - 4,71 mortes por milhão/habitantes



3. Rio Grande do Norte - 4,45 mortes por milhão/habitantes
4. Paraíba - 4,34 mortes por milhão/habitantes
5. Alagoas - 3,94 mortes por milhão/habitantes
6. Pernambuco - 3,69 mortes por milhão/habitantes
7. Amazonas - 3,41 mortes por milhão/habitantes
8. Rondônia - 2,89 mortes por milhão/habitantes
9. Sergipe - 2,73 mortes por milhão/habitantes
10. Tocantins - 2,71 mortes por milhão/habitantes
11. Mato Grosso do Sul - 1,93 morte por milhão/habitantes
12. Goiás - 1,55 morte por milhão/habitantes
13. Distrito Federal - 1,43 mortes por milhão/habitantes
14. Amapá - 1,36 morte por milhão/habitantes
15. Paraná - 1,36 morte por milhão/habitantes
16. Bahia - 1,33 morte por milhão/habitantes
17. Minas Gerais - 1,21 morte por milhão/habitantes
18. Santa Catarina - 1,21 morte por milhão/habitantes
19. Rio Grande do Sul - 1,16 morte por milhão/habitantes
20. Maranhão - 1,03 morte por milhão/habitantes
21. São Paulo - 0,66 morte por milhão/habitantes
22. Pará - 0,63 morte por milhão/habitantes
23. Espírito Santo - 0,52 morte por milhão/habitantes
24. Acre - sem mortes (VIMERCATE, 2014).

***Revista Ciências Gerenciais em Foco, volume 12, nº10, janeiro/ junho - 2021***

***ISSN 2317-5265, Belo Horizonte***

As mortes LGBT no Brasil, aumentaram comparando-se a décadas anteriores, podemos observar, que no ano 2000 foram registrados 130 homicídios. Desde que o estudo começou a ser feito pelo Grupo Gay da Bahia-GGB, também em 2000, foram registrados desde então, 4,809 mortes em todo o país (BORGES, 2021)

Em grande parte dos casos, o público LGBT acessam a Assistência Social, quando seus direitos já foram violados. Os motivos da falta de acesso, podem ocorrer, devido à ausência de

conhecimento dos serviços ofertados pela política de Assistência Social, ou pelos preconceitos já vivenciados e/ou temidos (POPULAÇÃO... [s.d]).

Mesmo com as dificuldades encontradas durante esse ano devido ao estado de calamidade pública causada pela pandemia de Covid-19, a luta por direitos da população LGBT não parou. A exemplo de outros movimentos, o grupo LGBT adaptou-se as plataformas digitais para que o trabalho não parasse (BORGES, 2021)

Uma das conquistas que se tornaram um marco na política de assistência social acerca dos direitos da população LGBT, foi a inclusão do nome social, que desde 2015, pode ser incluído no formulário do Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal. Em 2016, pela primeira vez, uma cadeira no Conselho Nacional de Assistência Social- CNAS, foi ocupada por uma representante da população LGBT (POPULAÇÃO... [s.d]).

Uma grande parte da população LGBT ainda luta pelos direitos e dignidade, contudo, parte da sociedade e dos movimentos sociais tem tensionado tanto o poder legislativo, quanto o judiciário, para que a garantia de direitos se torne uma realidade. Dentre as conquistas alcançadas por pessoas LGBT, destacamos:

- Inclusão de companheiros (as) nos planos de saúde, de acordo com a Agencia Nacional de Saúde Suplementar, Diário Oficial da União, em 4 de maio de 2010.
- Casamento Civil, após a publicação da Resolução Nº. 175/2013 do Conselho Nacional de Justiça- CNJ.
- Adoção de crianças por casais homoafetivos, sem restrição de idade- Recurso Extraordinário 846.102, STF, 05 de março de 2015.

***Revista Ciências Gerenciais em Foco, volume 12, nº10, janeiro/ junho - 2021***  
***ISSN 2317-5265, Belo Horizonte***

- Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - Política Nacional de Saúde Integral LGBT, após a Portaria Nº. 2.836 do Ministério da Saúde, em dezembro de 2011 (ORGULHO... c2018).

Outra conquista de suma importância para a população LGBT, foi que, a LGBTfobia, tornou-se crime no Brasil a partir de 13 de junho de 2019, com pena de 1 (um) há 3 (três) anos de prisão além de aplicação de multa. É considerado um passo importante para acabar com a intolerância no país (BORGES, 2021)

A Parada do Orgulho LGBT, foi criada com o objetivo de celebrar a visibilidade e também lutar por direitos e conquistas. Teve iniciativa em 1995, quando a Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersex, realizou a 17ª conferência no Rio de Janeiro. No ano posterior, o engajamento aumentou e aproximadamente 500 pessoas se reuniram na praça Roosevelt, em São Paulo, em um protesto a favor da população LGBT. Somente em 1997 que a Parada do Orgulho LGBT teve sua primeira edição (MOURA, 2017).

A I primeira conferência LGBT, mesmo propondo mudanças, não conseguiu efetivar seu objetivo tampouco o programa Brasil sem Homofobia- BSH, acabando por se tornarem documentos orientados das políticas, com poucas articulações entre as propostas que foram criadas para serem incorporadas a essas políticas. Em contrapartida surgiram avanços a partir das propostas da conferência, o que ocasionou na criação do Plano Nacional de Promoção e Cidadania e Direitos Humanos de LGBT- PNCDH/LGBT em 2009 (BARBOSA *et al.*, 2018).

Com o crescimento e a popularidade da Parada do Orgulho LGBT, foram tiradas do papel, várias bandeiras do movimento principalmente acerca de direitos e conquista. Em 2005, ocorreu a primeira adoção por um casal homossexual no Brasil, em Catanduva, São Paulo, e em 2011 o Supremo Tribunal Federal-TSF reconheceu a união homoafetiva como uma entidade familiar (MOURA, 2017).

A Revolta de Stonewell que ocorreu em Nova York, em 1969, mudou a população LGBT para sempre. Após pessoas se rebelarem contra atitude de policiais que realizavam

***Revista Ciências Gerenciais em Foco, volume 12, nº10, janeiro/junho - 2021***

***ISSN 2317-5265, Belo Horizonte***

prisões e abusavam da força física para impedir quem se relacionava com pessoas do mesmo sexo, o mundo todo percebeu e reconheceu a necessidade de discussão acerca desse assunto. Ativistas de diversos países, começaram a se unir para levantar essa e outras questões sobre a comunidade LGBT (VIANA, 2021).

Abaixo listamos algumas conquistas nos últimos 40 anos:

- No ano de 1978 foi lançada a primeira edição do jornal Lâmpião da Esquina, que tinha em sua temática principal, as questões LGBT no Brasil. Mesmo em época de ditadura militar, o veículo de comunicação impulsionou o surgimento do grupo Somos: Grupo de Afirmação Homossexual.

- Em 1980, acontecia em São Paulo, o Primeiro encontro Brasileiro de Homossexuais, a realização do evento, mostrou que o movimento estava ganhando força nacional. Nesse período, aconteceu o protesto contra a Operação Limpeza. A polícia de São Paulo, passava por áreas onde havia uma grande concentração de homossexuais, travestis e prostitutas e os prendiam com a justificativa de vadiagem. Contudo, em 13 de junho de 1980, foi organizado um protesto com o apoio de movimentos sociais, em frente ao Theatro Municipal de São Paulo, com o objetivo de combater a violência policial e toda homofobia.

- Criação do Grupo de Ação Lésbicas Feministas, em 1981.

- Com o surgimento da AIDS, conhecida como Peste Gay, foi fundado em 1985, o primeiro Grupo de Apoio e Prevenção a AIDS- GAPA. Nesse mesmo ano, ativistas pressionaram o Conselho Federal de Medicina-CFM a retirarem a homossexualidade da lista de doenças.

- 1990, a Organização Mundial da Saúde- OMS retirou a homossexualidade da lista de distúrbios psiquiátricos.

- No dia 15 de maio de 1992, no Rio de Janeiro, foi fundada a Associação de Travesti e Liberados, sendo a primeira organização não governamental da América Latina voltada para pessoas trans.

- Em 1997, aconteceu a 1ª Parada do Orgulho LGBT no Brasil, em São Paulo.

***Revista Ciências Gerenciais em Foco, volume 12, nº10, janeiro/ junho - 2021  
ISSN 2317-5265, Belo Horizonte***

- Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia- CRF, proibiu o tipo de tratamento para a cura gay, que até aos anos 90, alguns psicólogos e psiquiatras, defendiam essa ideia.

- No dia 29 de janeiro de 2004, um grupo de travesti ocupou o Congresso Nacional para serem ouvidas. Nasce então, o início da campanha Travesti e

Respeito, do Ministério da Saúde e tinha como objetivo, trazer o mínimo de cidadania para a população travestis e transsexual. A campanha foi considerada a primeira iniciativa nacional contra a transfobia no Brasil.

- No de 2005 foi criada a Rede Afro LGBT, o objetivo do grupo, era discutir questões LGBT de pessoas negras.
- Em 2011, o Supremo Tribunal Federal-TSF, aprovou a união estável homoafetiva.
- O Sistema Único de Saúde- SUS, em 2011, passou a ofertar tratamento para transição de gênero para pessoas trans.
- 2019 ocorreu a criminalização da homofobia (VIANA, 2021).

## CONCLUSÃO

No processo de construção deste trabalho, podemos observar que as conquistas sociais da população LGBT são recentes e a luta é desde sempre, mas, ainda, muito precisa ser conquistado, embora já possuam conquistas significativas e relevantes que fizeram com que a luta da população LGBT fossem reconhecida e consequentemente ganhasse espaços e visibilidades, e a temática deste trabalho é de suma importância, uma vez que cientificamente, na área do Serviço Social, possuem poucos estudos que abordam esse tema, o qual é relevante para profissão.

O preconceito, de todas as formas, seja ele investido na homofobia, racismo,

*Revista Ciências Gerenciais em Foco, volume 12, nº10, janeiro/ junho - 2021*

*ISSN 2317-5265, Belo Horizonte*

intolerância religiosa dentre outros, infelizmente é um fato presente e notório na sociedade que é conservadora e machista. As pessoas LGBT, precisam de fato ser resistência em um país onde mais mata LGBT no mundo, e a luta por conquistas de direitos e criação de políticas públicas eficazes é diária, sobretudo, a luta pela sobrevivência.

É notória que, a ausência de políticas eficazes para população LGBT é algo que precisa ser melhorado em nosso país, principalmente a compreensão de nossos governantes que criam e aprovam leis que nos representam e podem fazer a diferença.

Diante a uma sociedade conservadora, onde é imposto a forma de como deve-se viver, em respeito e preservação da moral e dos bons costumes, o que é certo ou errado, o que é pecado ou não, ocasiona em uma relação interpessoal quase insustentável, além da população LGBT lutarem por políticas públicas e conquista de espaços, precisam também, lutar contra a imoralidade que acompanha a sociedade.

O numero da criminalidade homofóbica no país, é assustador, bem como o descaso de alguns governantes e isso precisa ser mudado.

Este trabalho visa, contribuir para o debate acerca dos direitos da população LGBT, bem como o atendimento ofertado pela Política de Assistência Social.

Percebe-se que, a violência contra a população LGBT é algo histórico e o debate é essencial. É através das discussões acerca dessa temática que, aos poucos ocorrerá de fato, a inclusão de pessoas LGBT, no contexto societário, enquanto sujeitos de direitos. Por esse fato, debater sobre esse assunto torna-se, cada vez mais necessário.

Os Assistentes Sociais, através de sua atuação profissional, tornam-se um “amparo” a essas pessoas que tanto sofrem e são descriminalizadas. Através de seu conhecimento teórico da profissão, é possível realizar uma escuta qualificada de cada usuário que necessita da assistência social e acessam seus equipamentos e os serviços socioassistenciais, uma vez que a Política de Assistência Social é universal, ou seja, de quem

*Revista Ciências Gerenciais em Foco, volume 12, nº10, janeiro/ junho - 2021*

*ISSN 2317-5265, Belo Horizonte*

dela necessitar, contudo, inclui também, a população LGBT que estão em risco e/ou vulnerabilidade social.

Foi possível observar, que não somente na atuação profissional dentro do Centro de Referência de Assistência Social- CRAS ou no Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS, os assistentes sociais podem contribuir com a luta por direitos da população LGBT, pois, de acordo com o código de ética profissional do assistente social,

especificamente em seu capítulo IV que dispões das relações com entidades da categoria e demais organizações da sociedade civil, art.12, alínea b), nos mostra que é direito dos assistentes sociais participar e/ou apoiar movimentos sociais que estão vinculados a luta pela democracia e dos direitos de cidadania, sendo assim, os mesmo podem se juntar a movimentos sociais em prol do direitos e conquistas da população LGBT, pois, assim como a população LGBT é resistente e de luta, os assistentes sociais que legitima direitos, tornam-se, também, resistente na luta por uma sociedade mais justa e igualitária e com tudo, contribui para que qualquer forma e/ou tipo de preconceito existente na sociedade, sejam cessado e através da atuação profissional, políticas públicas, apoio de governantes, podemos lutar contra o conservadorismo, o machismo, a homofobia que são revestido na sociedade, e contra tudo aquilo que impede que o outro seja exatamente o que é, e com o percorrer dos anos, retirar o Brasil do ranking que mais mata população LGBT no mundo, fato já mencionado no decorrer deste trabalho. Esse caminho só será possível com muita luta.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ATENDIMENTO socioassistencial à população LGBT no SUAS. [s.d]. Disponível em: < <http://blog.mds.gov.br/redesuas/atendimento-socioassistencial-a-populacao-lgbt-no-suas/>.> Acesso em: 23 jun. 2021.

*Revista Ciências Gerenciais em Foco, volume 12, nº10, janeiro/ junho - 2021*

*ISSN 2317-5265, Belo Horizonte*

**BARBOSA, Kaline de Souza et al. “ENTRE AMORES E DISSABORES”: A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL VOLTADA AOS/ÀS LGBTs. 2018.**

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO... II  
**Plano Decenal da Assistência Social (2016/2026)**. 2016. Disponível em: <  
<http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2019/05/Plano-Decenal-2016-2026.pdf>>  
Acesso em: 23 jun. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO. . **O DIA 17 DE MAIO E O PAPEL DO SUAS NO COMBATE À LGBTFOBIA NO BRASIL**: a luta contra a lgbtfobia é de todas (os) nós!. A LUTA CONTRA A LGBTFOBIA É DE TODAS (OS) NÓS!. [s.d]. Elaborado por: Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Proteção Social Especial. Departamento de Proteção Social Básica.. Disponível em: <  
<https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/1705SUSCombateLGBTfobia.pdf>> Acesso em: 23 jun. 2021.

BERNARDES, José Eduardo. **Dia Internacional de Luta contra a LGBTfobia é marcado por manifestações virtuais**. 2020. Disponível em:  
<https://www.brasildefato.com.br/2020/05/17/dia-internacional-de-luta-contr-a-lgbtfobia-e-marcado-por-manifestacoes-virtuais>. Acesso em: 22 jun. 2021.

*Revista Ciências Gerenciais em Foco, volume 12, nº10, janeiro/ junho - 2021*

*ISSN 2317-5265, Belo Horizonte*

BORGES, Sabrina. **“O Brasil é o país que mais mata LGBT”, afirma presidente do grupo Aliança**. 2021. Disponível em: <https://www.cliccamaqua.com.br/noticia/55696/o-brasil-e-o-pais-que-mais-mata-lgbt-afirma-presidente-do-grupo-alianca.html>. Acesso em: 25 jun. 2021.



CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (São Paulo). **Brasil segue no topo dos países onde mais se mata LGBTs**. 2019. Disponível em: <https://sp.cut.org.br/noticias/brasil-segue-no-topo-dos-paises-onde-mais-se-mata-lgbts-4d85>. Acesso em: 25 jun. 2021.

GYURICZA, János Valery. **Doação de sangue por homens gays: o fim de uma proibição preconceituosa**. 2020. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/blog/com-a-palavra/doacao-de-sangue-por-homens-gays-o-fim-de-uma-proibicao-preconceituosa/>. Acesso em: 25 jun. 2021.

MINAS GERAIS. CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. (org.). **INFÂNCIA INTERROMPIDA::** o combate ao trabalho e à exploração sexual de crianças e adolescentes. O COMBATE AO TRABALHO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES. 2021. Disponível em: < <https://cress-mg.org.br/wp-content/uploads/2021/06/VERSA%CC%83O-FINAL-SITE- -BCG- -JUN21.pdf>.> Acesso em: 23 jun. 2021.>

*Revista Ciências Gerenciais em Foco, volume 12, nº10, janeiro/junho - 2021*

*ISSN 2317-5265, Belo Horizonte*

NETO1, Francisco dos Santos *et al.* **SERVIÇO SOCIAL E DIREITOS DA COMUNIDADE LGBT:** notas introdutórias sobre as possibilidades interventivas de combate à violência de gênero nas escolas. notas introdutórias sobre as possibilidades interventivas de combate à violência de gênero nas escolas. 2017. Disponível em: <

<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo6/servicosocialedireitosdacomunidade/lgbtnotasintrodutoriassobreaspossibilidadesinterventivasdecombateaviolenciadegeneronasescolas.pdf>.> Acesso em: 22 jun. 2021.

ORGULHO LGBT, Lutas e Conquistas: Mês Internacional do Orgulho LGBT. Mês Internacional do Orgulho LGBT. c2018. Elaborado por: LGBT Socialista. Partido Socialista Brasileiro-PSB.. Disponível em: < <https://www.lgbtpsb.org.br/2020/06/16/orgulho-lgbt-lutas-e-conquistas/>.> Acesso em: 24 jun. 2021.

POPULAÇÃO LGBT: **a atuação da Assistência Social na garantia de seus direitos.** [s.d]. Disponível em: < <https://blog.portabilis.com.br/populacao-lgbt-a-atuacao-da-assistencia-social-na-garantia-de-seus-direitos/>.> Acesso em: 19 jun. 2021.

VIANA, Victor. **Listamos 17 conquistas da comunidade LGBTQIAP+ brasileira nos últimos 40 anos.** 2021. Disponível em: < <https://www.purebreak.com.br/noticias/comunidade-lgbt-no-brasil-listamos-17-conquistas-realizadas-nos-ultimos-40-anos/98223>.> Acesso em: 27 jun. 2021.

*Revista Ciências Gerenciais em Foco, volume 12, nº10, janeiro/ junho - 2021*

*ISSN 2317-5265, Belo Horizonte*

VIMERCATE, Nicolly. **Os estados mais perigosos para os gays no Brasil.** 2014. Disponível em: < <https://exame.com/brasil/os-estados-mais-perigosos-para-gays-no-brasil/>.> Acesso em: 25 jun. 2021.

*Revista Ciências Gerenciais em Foco, volume 12, nº10, janeiro/ junho - 2021*

*ISSN 2317-5265, Belo Horizonte*